

## Capítulo VII

### Duas questões sobre nomes próprios

#### 7.1. A origem das questões

No capítulo anterior, procurei demonstrar que a função primordial de um nome próprio é a função operacional. Argumentei que um nome próprio é antes de tudo um código e, como código, sua finalidade precípua é fornecer informação para os sistemas de decodificação de linguagem que integram as mentes dos falantes. Mesmo um nome que não tem uma função referencial, deve ter uma função operacional, caso contrário ele não passará de um ruído totalmente desprovido de utilidade.

Uma outra coisa que tentei mostrar, principalmente com base em ProgX, foi que, para poderem usar as palavras da linguagem, os falantes precisam associá-las com informações previamente registradas, especialmente com informações proposicionais. Na verdade, ao que parece, o uso da linguagem está todo baseado na possibilidade dessas associações palavra-informação. De um modo geral, se eu não associo nenhuma informação previamente registrada a uma palavra, eu não sou capaz de usar a tal palavra. É por isso que eu não sei usar as palavras do sânscrito, por exemplo. E o que acontece no tocante ao uso dos nomes próprios não é diferente. Para que possamos usar nomes próprios, precisamos associá-los a informações que já temos gravadas na memória ou, pelo menos, devemos pressupor que tais associações podem ser feitas por um agente de linguagem. Assim, por exemplo, quando respondemos a pergunta “quem é X?”, sendo X um certo nome próprio, nossa resposta é inegavelmente baseada em tais associações. *Per contra*, quando fazemos a pergunta “quem é X?” e de fato desconhecemos quem é X, não fazemos tais associações, mas pressupomos que alguém faz. Nós fazemos a pergunta exatamente porque esperamos que a resposta nos informe sobre as associações apropriadas, para que doravante possamos fazê-las também.

Neste capítulo, meu objetivo principal é mostrar que essas ideias que expus no capítulo anterior nos oferecem uma nova perspectiva de algumas das principais questões envolvidas na discussão clássica entre descritivistas e causalistas, o que nos possibilita retomar essas questões e respondê-las de um

modo plausível e até certo ponto original <sup>1</sup>. Em particular, adotarei essa perspectiva para dar respostas a duas dessas questões que considero especialmente importantes. São elas:

**1ª:** Nomes próprios têm um conteúdo descritivo?

**2ª:** O que acontece quando um nome próprio é usado referencialmente?

Antes de propor respostas para essas questões, gostaria de fazer algumas considerações sobre sua gênese. O que levou descritivistas e causalistas a levantar essas questões?

Pode-se dizer que, na maioria dos casos, descritivistas e causalistas depararam com problemas sobre nomes próprios quando tentavam explicar questões mais gerais – questões semânticas, lógicas, epistemológicas etc. Inicialmente, as teorias que eles elaboraram tinham o objetivo de elucidar essas questões. Todavia, durante o processo de construção das mesmas, os nomes próprios apareceram. Eles e seus problemas peculiares. Descritivistas e causalistas, destarte, foram obrigados a se ocupar desses problemas. Alguns lhes dedicaram uma discussão ampla e pormenorizada. Outros lhes dedicaram uma nota. De uma forma ou de outra, todos tiveram que moldar suas teses sobre nomes próprios de um modo que elas pudessem se encaixar devidamente em seu arcabouço teórico anterior, isto é, de um modo que elas fossem compatíveis com suas teses originais.

Frege, por exemplo, precisou desenvolver uma teoria geral do sentido para explicar certas questões a respeito das condições de verdade dos enunciados da linguagem. Uma das teses principais dessa teoria era a de que toda expressão da linguagem tem um sentido e que esse sentido ao mesmo tempo tem um valor cognitivo e é um modo de apresentar uma denotação. Tudo o que Frege falou depois sobre nomes próprios genuínos foi condicionado por essa tese.

---

<sup>1</sup> Em seu livro *Intencionalidade*, Searle também faz uma análise internalista do funcionamento semântico dos nomes próprios (cf. SEARLE, 2002, cap. 9). Apesar de nossos resultados serem similares no essencial, minha análise é independente da dele. Minha análise se apoia numa teoria da informação, a de Searle, numa teoria dos estados intencionais da mente. Devo dizer que minha preferência por uma teoria da informação se deve ao fato de ver na noção de *informação* uma noção ao mesmo tempo mais rica e mais fácil de tratar do que a noção de *Intencionalidade*.

Naturalmente ele não poderia negar que nomes próprios têm sentido porque isso seria nitidamente contrário a sua tese fundamental. Toda sua teoria do sentido ruiria se ele defendesse algo diferente sobre os nomes próprios genuínos. Em particular, ele não conseguiria explicar a diferença entre os valores cognitivos de identidades do tipo “ $a=a$ ” e do tipo “ $a=b$ ” (onde  $a$  ou  $b$  é um nome próprio). De fato, de acordo com sua teoria, essas identidades têm valores cognitivos diferentes porque “ $a$ ” tem um sentido diferente do sentido de “ $b$ ” (cf. FREGE, 1948: 209-10).

Kripke, por outro lado, começou com uma teoria semântica que visava explicar as condições de verdade dos enunciados modais. Quais seriam, por exemplo, as condições de verdade do enunciado “Aristóteles poderia ter sido um cantor de mambo”? De acordo com a semântica de Kripke, tal enunciado é verdadeiro se e somente se existir um mundo acessível ao atual no qual Aristóteles é cantor de mambo. Com base nesse tipo de comprometimento teórico, Kripke é levado a assumir que nomes próprios funcionam como designadores rígidos. É preciso, por exemplo, que o nome “Aristóteles” seja um designador rígido para que o enunciado “Aristóteles poderia ter sido um cantor de mambo” tenha as condições de verdade que tem. Para que tal enunciado possa ser verdadeiro, em primeiro lugar, precisamos estar falando de Aristóteles, do Aristóteles do mundo atual. Em segundo lugar, é preciso que esse mesmo Aristóteles exista em outro mundo possível com uma propriedade que ele não tem no mundo atual, a saber, a propriedade de ser um cantor de mambo. Ou seja, é preciso que o nome “Aristóteles” seja usado para referir esse Aristóteles que é essencialmente idêntico ao Aristóteles do mundo atual, mas contingentemente diferente deste. Em suma, para que o enunciado tenha as condições de verdade que tem, é preciso que o nome “Aristóteles” funcione como um designador rígido. E assim, generalizando, todos os nomes próprios devem funcionar como designadores rígidos para que nossas intuições sobre as condições de verdade de enunciados modais sejam preservadas.

Ora, uma vez constatado que nomes próprios são designadores rígidos, Kripke imediatamente passa a negar que eles sejam sinônimos de descrições definidas. Ele tem que negar isso porque, normalmente, descrições definidas não são designadores rígidos. Se um nome próprio  $n$  fosse sinônimo de uma descrição definida não rígida  $D$ , o enunciado “ $n$  é  $D$ ” seria uma verdade

necessária, apesar de que, em alguns mundos possíveis, o referente de *n* não seria o referente de *D*, o que certamente vai contra as nossas intuições sobre as condições de verdade de enunciados modais com ocorrências de nomes próprios.

Esses são apenas dois exemplos de como dois dos principais filósofos envolvidos na discussão clássica sobre nomes próprios chegaram respectivamente ao antimillianismo e ao millianismo. Mas a verdade é que a maioria dos outros filósofos que participaram da mesma discussão trilhou caminhos parecidos. Na maioria dos casos, as teses que esses filósofos apresentaram a respeito dos nomes próprios eram condicionadas por uma teoria preexistente. De fato, essa vinculação entre suas teses específicas sobre nomes próprios e suas teorias mais gerais fazia com que tais teses ganhassem força na medida em que tais teorias tinham mais ou menos sucesso em solucionar outros problemas, ou seja, com o aparente êxito da teoria, cada um se sentia justificado em defender aquelas teses. Se eles não defendessem o que defenderam, suas teorias ficavam prejudicadas e igualmente prejudicadas ficavam suas respostas às questões que se propuseram a resolver inicialmente.

Em vista disso, é preciso reconhecer que tanto descritivistas quanto causalistas tinham boas razões para defender suas posições. As teses descritivistas, por exemplo, eram essenciais para que o descritivista explicasse questões concernentes ao valor cognitivo de identidades (Frege), assim como problemas concernentes ao conhecimento de particulares (Russell), problemas concernentes a enunciados existenciais negativos (Russell) e problemas de ambiguidade referencial (Searle). As teses causalistas, por outro lado, eram indispensáveis para que o causalista explicasse as condições de verdade dos enunciados modais em termos de situações contrafactuais ou mundos possíveis (Kripke). Os dois lados tinham razões respeitáveis. Como seria possível para nós escolher entre as razões de um e de outro?

Para mim, esse é um falso dilema. Em geral, não precisamos escolher as razões de um em detrimento das razões do outro. Muitas dessas razões podem ser conciliadas. Acredito que minha explicação sobre o funcionamento semântico dos nomes próprios possibilita essa conciliação e que o principal fator que permite esse resultado é o fato dela ser uma explicação internalista. Se adotamos a perspectiva internalista, podemos a um só tempo aceitar que nomes próprios são designadores rígidos e acreditar que eles têm um conteúdo descritivo. Como isso é

possível deve ficar claro nas próximas seções, nas quais responderei as duas questões que anunciei anteriormente.

Ao responder a primeira delas, indicarei o que deve ser tomado como conteúdo descritivo dos nomes próprios e mostrarei qual o papel desse conteúdo no funcionamento semântico dos nomes. Ao responder a segunda questão, apontarei quais condições são requeridas para que um falante possa efetivamente usar um nome próprio referencialmente e, com base nisso, explicitarei que tipo de relação existe entre a função referencial e a função operacional dos nomes próprios. Vamos, portanto, às questões e às suas respostas.

## **7.2. A primeira questão: Nomes próprios têm um conteúdo descritivo?**

Essa questão se assemelha muito à questão que é enunciada logo na primeira linha de *Proper Names*. Lá, a questão é a seguinte: “Nomes próprios têm sentido?”. Como vimos no capítulo 2 (pp. 63 e 64), a resposta de Searle a essa pergunta é condicional. Segundo ele, a resposta depende do sentido de “sentido”. Se a questão consiste em responder

[...] se nomes próprios são usados para descrever ou especificar características de objetos, a resposta é ‘não’. Mas se ela indaga se nomes próprios são ou não são logicamente conectados com características do objeto ao qual eles referem, a resposta é ‘sim’, de um modo frouxo (SEARLE, 1958: 173).

Embora minha questão e minha resposta sejam em essência as mesmas de Searle, prefiro colocar as coisas em outros termos. Para começar, em vez de falar de “sentido”, vou falar de “conteúdo descritivo” e em vez de falar de “características de objetos”, vou falar de “informações”. Justifico essa escolha terminológica pelas seguintes razões:

Em primeiro lugar, “sentido” é um termo frequentemente associado a “sentido fregiano” e se a questão for interpretada como uma indagação sobre se nomes próprios têm um sentido fregiano, a resposta deve ser “não”. Essa resposta é compulsória em vista de alguns argumentos que Kripke apresentou em *Naming and Necessity* (cf. capítulo 2, seção 3).

Em segundo lugar, como já havia assinalado na seção 2 do capítulo 2, o uso da expressão “conteúdo descritivo” é conveniente devido à flexibilidade da expressão. Um conteúdo descritivo pode ser um significado, um sentido, uma intensão, um valor cognitivo, uma representação etc. Consequentemente, mesmo que nomes próprios não tenham sentidos ou significados, se eles tiverem, por exemplo, um valor cognitivo, pode-se dizer ainda que eles têm um conteúdo descritivo.

Em terceiro lugar, é mais adequado dizer que nomes são conectados a informações do que a características de objetos porque um nome nem sempre é usado para referir um objeto, e, mesmo quando um falante tem a intenção de usar um nome para referir determinado objeto, o falante pode estar equivocado e o objeto pode não existir. Searle não presta atenção a esse detalhe em *Proper Names*. É mais adequado asseverar que nomes próprios são conectados a informações porque isso acontece mesmo no caso do nome ser vácuo ou de seu uso referencial ser ineficiente. Uma informação conectada a um nome próprio não precisa ter correspondência com a realidade; ela pode ser fornecida por um enunciado do discurso ficcional, como também por um enunciado que predica falsamente um objeto existente, ou mesmo por um enunciado que menciona um personagem que algumas pessoas consideram histórico mas que na realidade nunca existiu.

Uma vez justificadas minhas escolhas terminológicas, posso voltar à questão proposta e oferecer-lhe uma resposta. Nomes próprios têm um conteúdo descritivo? Sim. O conteúdo descritivo de um nome *n*, dado um certo uso de *n*, é o montante de informação que um sistema de decodificação associa a *n* quando *n* é usado daquela forma.

Essa resposta deve ser entendida à luz da análise internalista de nomes próprios que apresentei no capítulo anterior. De acordo com essa análise, sempre que um sistema de decodificação processa um enunciado declarativo com ocorrência de algum nome próprio *n*, o sistema associa certas informações a *n* ou faz alguma operação com as informações já associadas, não importando se *n* designa algum objeto da realidade ou não. Essas mesmas informações são acessadas quando o sistema tem de processar uma pergunta, ou uma ordem, ou qualquer outro tipo de enunciado que tenha uma ocorrência de *n*. São essas

informações que o sistema associa a *n* em dada ocasião que constituem o conteúdo descritivo de *n*.

Deve-se notar que o sistema de decodificação pode ser tanto um programa de computador, como é o caso de ProgX, como um sistema mental. Em qualquer caso, o sistema deverá estar apto a realizar a operação de associar o nome a certas informações. Quando a associação é feita, pode-se dizer que, para aquele sistema e para aquele uso, o nome tem um conteúdo descritivo.

Vê-se assim que o conteúdo descritivo de um nome *n* é sempre relativo a um sistema e a um uso. Em outras palavras, *n* não tem um conteúdo descritivo em si mesmo, seu conteúdo lhe é anexado pelo sistema de acordo com o uso que é feito do nome em uma situação específica. Aqui também estou de acordo com Searle no essencial. Minha opinião é muito próxima da que ele expressa quando diz que nomes próprios não funcionam como descrições, mas que são usados como pegadores nos quais nós penduramos descrições (cf. SEARLE, 1958: 172).

Dessa forma, não se pode dizer que o conteúdo descritivo de um nome é seu significado. Um significado é uma regra pública de uso de uma palavra, é algo que um dicionário dá, e, nesse sentido, um nome próprio não pode ter um significado <sup>2</sup>. O uso de um nome próprio não pode ficar atrelado a regras desse tipo. Se o uso do nome “Sócrates”, por exemplo, fosse regido por uma regra que dissesse que “Sócrates” significa “o mestre de Platão”, eu estaria infringindo uma regra semântica se chamasse meu cachorro de “Sócrates”. Além disso, se esse fosse o caso, como Kripke mostra no argumento da necessidade do significado, o enunciado “Sócrates é o mestre de Platão” seria analítico e, portanto, necessário, embora intuitivamente o enunciado seja sintético e, portanto, contingente (cf. capítulo 2, pp. 67-9 e capítulo 3, p. 80). Por conseguinte, fica evidente que o uso de nomes próprios não pode ser governado por regras que podem ser expressas em definições de dicionários, ou seja, nomes próprios não têm significado, mas apenas conteúdo descritivo.

Em contrapartida, se postulamos simplesmente que um nome próprio *n* tem um conteúdo descritivo quando é usado por um falante *A* em determinada

---

<sup>2</sup> É claro que um nome próprio pode ter uma tradução e alguém pode até dizer coisas do tipo “‘James’ significa ‘Tiago’”, ou “‘Cícero’ significa ‘grão-de-bico’”, mas, uma vez que essas traduções não dão regras para o uso dos nomes, não se pode dizer que elas dão seus significados.

ocasião, não há nada nos argumentos de Kripke nem em qualquer outro argumento millianista que nos ameace. Com efeito, por exemplo, é possível que eu associe ao nome “Sócrates” um conteúdo descritivo que inclua a informação de que *Sócrates foi mestre de Platão* e, ainda assim, ninguém pode inferir daí que o enunciado “Sócrates foi mestre de Platão” é analítico ou necessário. Tal inferência seria absurda, pois a associação que eu faço é privada, é para meu uso pessoal, e não poderia ter a prerrogativa de conferir *status* de verdade necessária a nenhum enunciado.

Deve-se notar, porém, que, apesar de nomes próprios não serem definidos em dicionários do tipo *Aurélio*, quando usamos um nome próprio, e, de fato, quando usamos qualquer palavra, acessamos um tipo de dicionário interno. Esse dicionário é na realidade mais sofisticado que os dicionários externos, pois ele associa as palavras não só a definições, mas também a exemplos de uso e às vezes até a imagens mentais. Além disso, ele está sempre sendo corrigido e atualizado, e, efetivamente, é graças a ele que podemos usar as palavras, em geral, e os nomes próprios, em particular. Toda vez que precisamos usar um nome próprio *n*, buscamos o nome nesse dicionário e, uma vez que o encontramos, usamos as informações que estão associadas a *n*, ou para decifrar o uso que alguém faz de *n*, ou então para emitirmos algum proferimento que inclui *n* (nesse sentido, usamos nosso dicionário interno de um modo muito parecido como usamos um dicionário externo). Ora, esse conjunto de informações que encontramos associado a *n* nada mais é que o conteúdo descritivo de *n*. Destarte, fica claro que enquanto dicionários externos dão o significado das palavras, dicionários internos dão o conteúdo descritivo das palavras, inclusive o conteúdo descritivo de nomes próprios.

Podemos observar também que é o conteúdo descritivo de um nome próprio *n* que determina efetivamente o modo como *n* é usado por um falante *A*. É o conteúdo descritivo de *n* que indica para *A* em que enunciados *n* pode entrar e em quais ele não pode. É também o conteúdo descritivo de *n* que possibilita a *A* responder perguntas sobre quem é *n*, a cumprir ordens que mencionam *n*, a contar e entender histórias que falam de *n* etc. Em contrapartida, se *n* não tiver um conteúdo descritivo para *A*, *A* não será capaz de usar *n*. O máximo que *A* poderá dizer sobre *n* é “não sei quem é *n*”. Em suma, tudo o que um falante sabe sobre

um nome, ele sabe porque encontra essa informação no conteúdo descritivo do nome.

Nesse sentido, pode-se dizer que o conteúdo descritivo de um nome próprio  $n$  e o valor cognitivo de  $n$  são a mesma coisa. Dois nomes que têm conteúdos descritivos diferentes têm valores cognitivos diferentes. Em outras palavras, se  $a$  e  $b$  são nomes próprios aos quais um falante atribui conteúdos descritivos diferentes, então o que o falante sabe sobre  $a$  é diferente do que ele sabe sobre  $b$ . É graças a essa diferença entre os valores cognitivos dos nomes que identidades do tipo “ $a=b$ ” podem ser informativas.

Essa informatividade das identidades do tipo “ $a=b$ ” é evidenciada pelo fato de um sistema de decodificação realizar operações relevantes quando as recebe. Por exemplo, se um falante em determinada ocasião associa um conteúdo descritivo a “Cícero” e um conteúdo descritivo diferente a “Túlio” (vamos admitir que um dos dois conteúdos descritivos pode ser vazio), então, ao receber o enunciado “Cícero é Túlio”, o sistema de decodificação de linguagem do tal falante vai ser informado de que deve efetuar a união dos dois conteúdos descritivos, formando assim um novo conteúdo descritivo que ele deverá associar tanto ao nome “Cícero” quanto ao nome “Túlio”. Em contrapartida, se o falante ouvir ou ler o enunciado “Cícero é Cícero”, em condições normais, seu sistema de decodificação interno não fará nenhuma operação computacional relevante com o conteúdo descritivo do nome “Cícero”. Isso equivale a dizer que o enunciado não fornece informação de valor para o falante, quer dizer, o valor cognitivo do enunciado é nulo. Note, porém, que mesmo enunciados de identidade do tipo “ $a=b$ ” podem ter valor cognitivo nulo para um dado falante. Se o falante associar conteúdos descritivos iguais a “ $a$ ” e “ $b$ ” ou pelo menos for capaz de inferir “ $a=b$ ” a partir de informação já registrada, a informação veiculada pelo enunciado passa a ser desinteressante para ele.

Embora meu principal interesse neste capítulo seja discutir algumas questões consagradas sobre nomes próprios e tenhamos concluído que nomes próprios não têm significado, mas apenas conteúdo descritivo, a noção de *significado* ainda merece nossa atenção aqui. Em particular, é preciso esclarecer a relação que há entre o conteúdo descritivo de uma palavra  $w$  e o significado de  $w$ , quando  $w$  não é um nome próprio. Essa relação pode ser esclarecida se antes for possível esclarecer a relação entre dicionários internos e externos. Ora, é fácil ver

que esta última é uma relação de condicionamento mútuo: tanto a composição de nossos dicionários internos condiciona a composição dos dicionários externos como o inverso. A composição de dicionários internos condiciona a composição de dicionários externos pelo fato de que o uso que os falantes efetivamente fazem das palavras é determinado por seus dicionários internos. Como meu dicionário interno é formado a partir de exemplos de uso de palavras que recebo de outros falantes, ele vai me permitir usar as palavras de modo relativamente semelhante ao desses outros falantes. Uma vez que uma palavra *w* é usada de forma semelhante por vários falantes, pode-se dizer que há um uso comum da palavra, e até mesmo que há uma regra para o uso de *w*. Essa regra de uso nada mais é que o significado de *w*, e é isso que o dicionarista registra em um dicionário externo. É assim que vamos dos dicionários internos para os externos, dos conteúdos descritivos para os significados. Mas o caminho inverso também é possível. Com efeito, dicionários externos não têm apenas a função de registrar como as palavras *são* usadas, eles pretendem além disso dizer como as palavras *devem ser* usadas. Um dicionário tem a função de, por assim dizer, manter a ordem dentro dos domínios de uma língua. Uma vez que o uso de uma palavra *w* é registrado em um dicionário externo, esse passa a ser o padrão de uso de *w*. Se um falante usa *w* de modo diferente do padrão, é o conteúdo descritivo que o falante associa a *w* que deve mudar e não o significado de *w*. Além disso, se o falante não sabe usar *w* de forma nenhuma, o dicionário externo é o lugar onde ele mais facilmente pode achar a regra de uso de *w* para, com base nela, incrementar seu dicionário interno. É assim que vamos dos dicionários externos para os internos, dos significados para os conteúdos descritivos. Dessa maneira, fica claro que conteúdos descritivos e significados se condicionam mutuamente.

Em todo caso, é preciso ver que, para a prática da linguagem, o conteúdo descritivo de uma palavra é mais importante que seu significado. De fato, precisamos de significados tanto quanto precisamos de dicionários externos. Um dicionário externo pode ser muito útil, mas poderíamos usar a linguagem para nos comunicar mesmo que não existisse nenhum deles. Da mesma forma, significados, pelo menos no sentido de *regras públicas de uso de palavras*, são prescindíveis. Não é preciso haver uma regra que diga como uma palavra *w* deve ser usada, para que *w* possa ser usada adequadamente. Na verdade, o uso e a compreensão de *w* dependem apenas dos conteúdos descritivos que os falantes

associam a  $w$  em dada ocasião. Se o conteúdo descritivo que eu associo a uma palavra  $w$  em dada ocasião tem um cerne de informações em comum com o conteúdo descritivo que outra pessoa associa a  $w$  na mesma ocasião, isso é o bastante para que nós nos entendamos. Em outras palavras, nossa comunicação é possível porque os conteúdos descritivos que associamos privadamente a  $w$ , em certo sentido, se entrelaçam. Nenhuma regra pública de uso é requerida aqui para que nossa comunicação seja realizada de modo eficiente. Isso demonstra a prevalência do conteúdo descritivo (elemento interno) sobre o significado (elemento externo).

Nesse ponto, é importante esclarecer que há uma diferença entre o conteúdo descritivo que um programa como ProgX associa a um nome próprio  $n$  e o conteúdo descritivo que um sistema humano associa a  $n$ . No caso de ProgX, o conteúdo descritivo de  $n$  é constituído tão somente de informação proposicional. Tal conteúdo é expresso pelo inventário correspondente a uma certa acepção de  $n$ . No caso de um sistema humano, o conteúdo descritivo de  $n$  pode ser constituído por outros tipos de informação além de informação proposicional. Que outros tipos de informação são esses?

Antes de responder, gostaria de lembrar que uma forma de classificarmos informações é com base na natureza do código que fornece a informação. Por exemplo, a informação fornecida pelo som de um violão é tipicamente uma informação sonora, a informação fornecida pela apreciação de um quadro é tipicamente uma informação visual, a informação fornecida por um perfume é tipicamente uma informação olfativa etc (cf. capítulo 6, pp. 173 e 174). Outrossim, é preciso observar que o que chamo de “informação proposicional” nada mais é do que a informação fornecida por um enunciado declarativo.

Como toda informação que entra em ProgX chega através dos enunciados declarativos que os operadores introduzem no programa, toda informação que ProgX pode associar a um nome é informação proposicional. Já nós humanos podemos receber informação a partir das mais variadas fontes, o que significa que temos acesso a uma gama muito mais variada de tipos de informação. Eu poderia usar diferentes denominações para me referir a esses diferentes tipos de informação, mas acredito ser mais conveniente usar algumas denominações mais gerais. Dessa forma, gostaria de chamar toda informação obtida pelos sentidos, exceto a informação proposicional, de “informação

sensorial”. E gostaria também de usar a expressão “informação emocional” para me referir aos mais variados tipos de emoções.

O conteúdo descritivo que nós humanos associamos a um nome próprio n quando usamos n em uma determinada ocasião pode ser constituído de informação proposicional, de informação sensorial e de informação emocional. Às vezes o conteúdo descritivo de um nome próprio encerra apenas um tipo de informação, às vezes mais de um.

Se um falante nunca teve contato epistêmico com um objeto <sup>3</sup>, mas é capaz de usar corretamente o nome desse objeto, é certo que o conteúdo descritivo desse nome não incluirá informação sensorial. Assim, por exemplo, nomes de personagens de um passado distante e nomes de personagens de ficção em geral não incluem informação sensorial em seus conteúdos descritivos. Só incluirão se o falante já viu o personagem representado em um filme, ou numa fotografia, ou num quadro, ou numa peça ou em algo do gênero.

Já quando há contato epistêmico do falante com o objeto, é muito provável que, para esse falante, o conteúdo descritivo do nome do objeto englobe informação sensorial. Só não englobará se o falante tiver esquecido essa informação.

Finalmente, deve-se notar que o conteúdo descritivo de um nome pode conter informação emocional mesmo quando não contém informação sensorial. Com efeito, eu posso associar certas emoções ao nome “Anne Frank” mesmo sem nunca ter tido contato epistêmico com Anne Frank, e posso igualmente associar informação emocional ao nome “Desdêmona” mesmo que Desdêmona nunca tenha existido.

Quando há uma grande familiaridade de um falante com um objeto, em geral o conteúdo descritivo do nome desse objeto engloba os três tipos de informação. Dessa forma, quando um brasileiro usa o nome “Brasil”, ele associa a esse nome não só informações obtidas de enunciados declarativos, mas também, informações obtidas através da experiência direta, informações que consistem basicamente de lembranças de lugares, circunstâncias, pessoas, músicas etc. E, além disso, ele também normalmente associa ao nome certas informações emocionais como expectativas, decepção, amor, saudade, ufanismo etc.

---

<sup>3</sup> Assumo que um falante pode ter contato epistêmico com um objeto também indiretamente, através de representações pictóricas, cênicas etc.

Alguém poderia rejeitar a sugestão de que emoções fazem parte do conteúdo descritivo de um nome *n* pelo fato de achar estranha a ideia de tratar emoções como informações. Mas, na verdade, não há nada de estranho nisso. Emoções são produzidas por processos mentais (assumo que os sistemas que produzem emoções também são parte da mente) que normalmente as fornecem como códigos para outros processos fisiológicos. Dessa forma, elas funcionam como informações para tais processos. Por exemplo, o medo é usado como informação por processos que colocam o indivíduo em alerta, a ansiedade causa sudorese, o amor dispara o coração etc. As mudanças de estado que as emoções provocam nos sistemas fisiológicos de um indivíduo nos autorizam a tratá-las como informações. Mas o que nos autoriza a afirmar que informações emocionais podem fazer parte do conteúdo descritivo de um nome *n* é o fato de que tais informações possibilitam que um falante sincero faça certos proferimentos sobre *n* que não faria se a informação estivesse ausente. Por exemplo, quando alguém diz que o Brasil é o maior país do mundo e está sendo sincero, seu proferimento claramente parece ser a expressão de seu ufanismo. Se essa pessoa usa a palavra “Brasil” de tal forma é porque o conteúdo do nome permite que ela o use assim. Destarte, deve-se admitir que a informação emocional é um componente do conteúdo descritivo do nome. De fato, informações emocionais de todos os tipos são muito comumente associadas a nomes próprios e a verdade é que elas costumam nos dar a base para grande parte dos usos que fazemos desses nomes, dos mais elegantes, aos menos elogiosos.

Devemos, portanto, concordar que o conteúdo descritivo que humanos associam a um nome próprio *n* tem uma composição mais variada do que a do conteúdo descritivo que programas como ProgX associam a *n*. Em todo caso, isso não significa necessariamente que a capacidade de máquinas usarem *n* seja essencialmente mais limitada que a de humanos. No final das contas, o que importa é que o agente de linguagem, seja ele humano ou não, saiba em que enunciados deve ou não deve usar *n*.

Alguém poderia pensar que se um enunciado sobre *n* é um enunciado que expressa uma emoção, somente um humano poderia proferi-lo. Mas isso não é verdade. Uma máquina saberá usar *n* em enunciados que expressam emoções se for programada para reconhecer as situações em que deve proferir tais enunciados. O próprio ProgX pode dizer que adora Mozart, por exemplo. É claro que isso não

seria verdade, o programa não diria isso pela mesma razão que um humano sincero diria. Enquanto um humano sincero acessa informação emocional para dizer algo assim, a informação que ProgX acessaria seria uma informação proposicional. Em todo caso, a informação proposicional seria suficiente para que o programa pudesse emitir um proferimento desse tipo.

Da mesma forma, ProgX poderia dizer que sua cor preferida é azul. Mais uma vez, isso não seria verdade, pois nada nos faz supor que o programa tenha preferências (pelo menos não no sentido em que seres humanos têm preferências) ou que tenha alguma experiência da cor azul. Um humano sincero e com visão normal precisaria de informação emocional e sensorial para dizer algo assim. ProgX, contudo, trabalha com o que tem, e o que ele tem é informação proposicional. Mesmo dispondo só desse tipo de informação, o programa ainda é capaz de dizer que sua cor preferida é azul.

Tudo isso nos leva a questões muito interessantes que dizem respeito ao papel da consciência no uso e na aquisição da linguagem por humanos. Embora essas questões sejam de grande interesse para mim, não vou tratá-las aqui, pois quero manter o foco da minha investigação sobre problemas concernentes ao uso de nomes próprios. Menciono essas questões apenas como quem toma nota de algo importante que gostaria de lembrar no futuro.

Antes de concluir esta seção, tenho que mencionar ainda duas coisas. A primeira é que, dado o que foi dito anteriormente, é forçoso reconhecer que o conteúdo descritivo de um nome próprio *n* não é em geral algo que se toma de empréstimo de uma descrição definida ou de uma combinação de descrições definidas. O conteúdo descritivo de *n* quase sempre vem de enunciados com ocorrência de *n* e/ou de dados sensoriais colhidos nas ocasiões em que *n* é usado. Dessa forma, uma das teses mais características do descritivismo clássico não encontra respaldo na análise internalista dos nomes próprios empreendida neste trabalho.

Deve-se observar, no entanto, que, embora a tese de que nomes próprios tiram seu conteúdo descritivo de descrições definidas ou de combinações de descrições definidas seja defendida por grande parte dos descritivistas, ela não é unânime. Já em *Proper Names*, Searle faz certas afirmações que contrariam essa tese. Por exemplo, há uma passagem na qual ele admite que mesmo quando aprendemos um nome *n* por ostensão, ou seja, mesmo quando alguém nos aponta

um objeto e diz que *n* é o nome daquele objeto, associamos o nome com características do objeto (cf. SEARLE, 1958: 168). Para mim, isso é o mesmo que dizer que o conteúdo descritivo de um nome próprio pode ser derivado diretamente da experiência do objeto. Quando isso acontece, pode-se dizer, de acordo com a minha terminologia, que o conteúdo descritivo do nome é composto predominantemente de informação sensorial.

A segunda coisa que quero mencionar é que, apesar de minha explicação internalista do uso de nomes próprios não apoiar a tese supracitada, ela é visivelmente uma explicação descritivista. Com efeito, nesta seção, meu objetivo principal era responder a questão sobre se nomes próprios têm um conteúdo descritivo, e meu objetivo foi cumprido uma vez que respondi a questão afirmativamente e detalhei minha resposta fazendo observações e dando exemplos. Ora, não há dúvida de que qualquer um que responde tal questão afirmativamente deve ser considerado um descritivista.

### **7.3. A segunda questão: O que acontece quando um nome próprio é usado referencialmente?**

Nomes próprios podem ser usados para diferentes propósitos. Em algumas ocasiões, eles são usados referencialmente, em outras não. Entre as ocasiões em que um nome próprio *n* é usado referencialmente, há uma que se distingue de todas as outras. Trata-se da ocasião em que *n* é usado pela primeira vez. Essa ocasião é especial porque nela, os falantes criam um novo padrão de uso para *n* e, dessa forma, dão o primeiro passo para que se inicie uma nova tradição para o uso de *n*. Dali em diante, um falante que tomar parte nessa tradição, ao usar *n* referencialmente, terá a intenção de chamar de *n* a mesma coisa que inicialmente foi chamada assim.

Chamo a atenção para esse ponto porque, se quisermos definir o que significa *usar um nome próprio n referencialmente*, temos que levar em conta essa diferença entre a primeira vez que se usa *n* para referir um objeto *b* qualquer e as demais vezes em que *n* é usado para referir *b*. Com efeito, gostaria de propor a seguinte definição:

Um nome próprio *n* é usado referencialmente se e somente se:

1. *n* é usado para nomear um objeto *b* em um ato de nomeação inicial; ou
2. *n* é usado com a intenção de nomear *b* depois de ter sido dado a *b* em um ato de nomeação inicial, e em razão disso.

Direi também que:

Um nome próprio *n* exerce uma função referencial se e somente se *n* é usado referencialmente.

A pergunta que intitula esta seção pede um esclarecimento sobre o que exatamente acontece quando um nome próprio é usado referencialmente. Como há dois casos em que um nome próprio é usado assim, a resposta tem que dar esclarecimentos sobre o que acontece nesses dois casos.

Com efeito, minha resposta terá a pretensão de dar esses esclarecimentos. Reconheço que Kripke já deu esclarecimentos valiosos tanto sobre o que acontece no caso 1 quanto sobre o que acontece no caso 2, o problema é que, ao fazer isso, ele se limitou a tratar das condições externas (condições sociais, semânticas, lógicas) que devem ser satisfeitas para que os falantes possam usar um nome próprio referencialmente. Eu, por outro lado, desejo tratar das condições internas que devem estar presentes quando os falantes usam nomes próprios da forma já mencionada. Pretendo argumentar que um falante sempre faz alguma operação mental com o conteúdo descritivo de um nome próprio quando usa esse nome referencialmente e, além disso, pretendo mostrar que essas operações não são inócuas, que elas são de fato necessárias para que o uso referencial do nome se concretize. Isso, porém, não equivale a dizer que o conteúdo descritivo de um nome próprio *n* determina a referência de *n*. Uma coisa é dizer que certas operações realizadas com o conteúdo descritivo de um nome próprio *n* são necessárias para que o uso referencial de *n* se concretize, outra coisa é dizer que o conteúdo descritivo de *n* determina a referência de *n*.

Para entender melhor essa diferença, devemos antes de qualquer coisa ter clareza sobre o que significa “determinar a referência de um nome próprio”. Doravante, vou fazer algumas considerações a respeito do sentido, ou dos

sentidos, dessa expressão e, em seguida, vou apresentar minha resposta para a questão título desta seção.

Apesar dos descritivistas serem criticados por supostamente defenderem a tese de que o conteúdo descritivo de um nome próprio determina sua referência, até onde pude verificar, nenhum deles diz isso com essas palavras, ou seja, nenhum deles usa o verbo “determinar” para falar da relação entre o conteúdo descritivo e a referência de um nome próprio. Em *Sense and Reference*, por exemplo, Frege nunca usa o verbo “determinar” nesse sentido. Especificamente, ele nunca diz que um sentido determina uma referência. Em *Meaning and Necessity*, Carnap também não usa o verbo “determinar” para falar da relação entre uma intensão e uma extensão. Searle, até onde eu sei, também não diz nada parecido (certamente não diz nada disso em *Proper Names*), e Russell muito menos. A expressão é na realidade uma marca de *Naming and Necessity* e de textos causalistas posteriores. Em vista disso, é na principal obra filosófica de Kripke que devemos buscar elementos para esclarecer o sentido da expressão “determinar a referência”.

Embora Kripke não deixe explícito qual o sentido do verbo “determinar” quando ele fala em determinar a referência de um nome ou diz que a referência de um nome é determinada dessa ou daquela maneira, o contexto muitas vezes se encarrega de esclarecer esse sentido. O problema é que, muitas vezes, o que o contexto sugere em certas passagens, não parece ser a mesma coisa que sugere em outras. De fato, em algumas passagens, Kripke parece usar a expressão “determinar a referência” no sentido de “identificar a referência” (“*to pick out the reference*”) e em outras ele parece usá-la no sentido de “fixar a referência”. A seguir são citadas duas passagens de *Naming and Necessity* que exemplificam isso:

Primeiro exemplo:

O problema básico para qualquer visão tal como a de Mill é como nós podemos determinar qual é o referente de um nome, tal como ele é usado por um dado falante. Segundo a visão descritivista, a resposta é clara. Se ‘Joe Doakes’ é só uma abreviação para ‘o homem que corrompeu Hadleyburg’, então quem quer que tenha sozinho corrompido Hadleyburg é o referente do nome ‘Joe Doakes’. Contudo, se não há nenhum tal conteúdo descritivo para o nome, então como as pessoas usam nomes para se referir às coisas no final

das contas? [...] Por exemplo, se eu uso o nome ‘Napoleão’, e alguém pergunta, ‘A quem você está se referindo?’, eu responderei algo como ‘Napoleão foi imperador da França na primeira metade do século dezanove; ele foi finalmente derrotado em Waterloo’, dando assim uma descrição univocamente identificadora para determinar o referente do nome. Frege e Russell, então, parecem dar uma explicação natural de como a referência é determinada aqui; Mill não parece dar nenhuma (KRIPKE, 1972: 27-8).

Segundo exemplo:

O que foi realizado até agora, se é que algo foi realizado? Primeiro, eu tenho argumentado que uma popular visão sobre como os nomes adquirem sua referência em geral não se aplica. Em geral não é o caso que a referência de um nome é determinada por traços unicamente identificadores, propriedades únicas satisfeitas pelo referente, as quais o falante sabe ou acredita serem verdadeiras do referente (KRIPKE, 1972: 106).

No primeiro exemplo, determinar uma referência parece ser a mesma coisa que identificar uma referência. Note que Kripke começa se referindo ao problema de como nós podemos *determinar* qual é o referente de um nome próprio e, um pouco mais à frente, ao mencionar o exemplo do nome “Napoleão”, ele diz que dá uma descrição univocamente identificadora para *determinar* o referente do nome. Observe que, se a descrição é mesmo identificadora, o que ela faz é identificar um objeto. Assim, tudo indica que na passagem citada, Kripke está usando “determinar” no sentido de “identificar”.

Já no segundo exemplo, Kripke começa dizendo que argumentou contra uma popular visão sobre como os nomes próprios adquirem [*get*] sua referência e em seguida ele diz que a referência dos nomes não é determinada da forma como os descritivistas conceberam. Essas afirmações parecem autorizar a interpretação de que uma explicação sobre como a referência dos nomes próprios é determinada é uma explicação sobre como nomes próprios adquirem referência, ou seja, é uma explicação sobre como a referência é fixada.

Temos, portanto, exemplos de duas passagens que falam sobre pessoas que determinam referências, ou sobre referências que são determinadas, e que sugerem interpretações diferentes sobre o que está sendo dito. Em uma delas “determinar a referência” parece significar o mesmo que “identificar a referência”, e, na outra, a expressão parece significar o mesmo que “fixar a referência”. Obviamente, os dois sentidos são diferentes. Fixar a referência de um nome próprio é algo que se faz quando o nome é usado do modo descrito no caso 1;

identificar a referência de um nome próprio é algo que se faz quando o nome é usado do modo descrito no caso 2.

Não quero discutir se Kripke é consistente ao usar o verbo “determinar”<sup>4</sup>. Assinalar os usos que ele faz do verbo já me basta. Isso me dá subsídio para afirmar que o verbo tem pelo menos duas acepções diferentes que devemos considerar aqui, a saber, as acepções de “identificar” e “fixar”. Com isso, torna-se possível explicar qual a diferença entre dizer que certas operações realizadas com o conteúdo descritivo de um nome próprio *n* são necessárias para que o uso referencial de *n* seja concretizado e dizer que o conteúdo descritivo de *n* determina a referência de *n*.

Se a expressão “determinar a referência” é tomada no sentido de “identificar a referência”, então, de fato, temos que admitir que o conteúdo descritivo de um nome *n* não determina necessariamente a referência de *n*. Isso é claro uma vez que as informações que compõem o conteúdo descritivo associado a *n* podem não ser suficientes para identificar um objeto univocamente. Além disso, mesmo quando essas informações são suficientes para identificar um objeto univocamente, pode ser que elas não identifiquem o objeto correto, ou seja, pode ser que elas não identifiquem o objeto que foi chamado de *n* no ato de nomeação inicial.

Se a expressão é tomada no sentido de “fixar a referência”, devemos distinguir duas situações. Se o nome próprio *n* é introduzido por um ato de ostensão, então a fixação da referência de *n* não é determinada pelo conteúdo descritivo de *n*. Na verdade, o nome que é anexado a um objeto por uma definição ostensiva em geral não vem com um conteúdo descritivo. Ele só ganha um conteúdo depois da ostensão. Por outro lado, se o nome *n* é introduzido por uma descrição definida, como aconteceu, por exemplo, com o nome do planeta Netuno, então se pode dizer sem ressalvas que o conteúdo descritivo de *n* determina a referência de *n*.

---

<sup>4</sup> Apenas uma observação: consistente ou não, o certo é que o uso que Kripke faz do verbo dá margem a interpretações divergentes, e isso, em alguns momentos, fragiliza a sua argumentação. Por exemplo, se na segunda passagem supracitada, o verbo “determinar” foi mesmo usado no sentido de “fixar”, e tudo indica que foi, então a acusação que Kripke faz aos descritivistas ali está longe de ser justa. A maioria dos descritivistas nunca disse uma palavra sobre o problema de como a referência de um nome próprio é fixada. Frege e Russell, com certeza nunca disseram. Searle até falou sobre o assunto, mas quando a crítica de Kripke foi feita, o que ele havia falado se resumia a uma ou duas frases de *Proper Names*.

Seja como for, a conclusão a que chegamos é a de que o conteúdo descritivo de um nome próprio *n* em geral não determina a referência de *n*, isto é, em geral, o conteúdo de *n* nem identifica nem fixa uma referência.

Em contrapartida, os falantes sempre fazem ou suscitam em seus ouvintes certas operações com o conteúdo descritivo de um nome próprio *n* quando usam *n* referencialmente, e é graças a essas operações que o uso referencial do nome consegue cumprir o seu objetivo. Isso acontece nos dois casos em que *n* é usado referencialmente. É o que pretendo mostrar doravante. Ao fazer isso, estarei efetivamente respondendo a questão principal desta seção: O que acontece quando um nome próprio é usado referencialmente?

Quando um falante usa um nome próprio do modo descrito no caso 1, seu objetivo é inaugurar uma nova tradição de uso para *n*. O que o falante quer é que o objeto que ele estabelece como sendo a referência de *n* possa continuar sendo referido por outros falantes que vierem a usar *n* referencialmente.

Se o ato de nomeação inicial é realizado com o auxílio de uma definição do tipo “*n* é *D*”, onde *D* é uma descrição definida que descreve o objeto *b*, o que acontece é que *n* vai passar a ser associado à informação fornecida pela definição. Essa informação constituirá o conteúdo descritivo de *n* em um primeiro momento. Todos os falantes que associarem esse conteúdo descritivo a *n* estarão, portanto, usando *n* para referir *b*, ou seja, estarão usando *n* do modo estabelecido no ato de nomeação inicial. Os que não fizerem essa associação, simplesmente não poderão usar *n* para referir *b*, pelo menos não com base no ato de nomeação. Dessa forma, fica claro que, para cumprir seu objetivo, que é criar uma nova tradição de uso para o nome próprio *n*, o ato de nomeação depende inteiramente de que os falantes atribuam certo conteúdo descritivo a *n*.

Mas a verdade é que mesmo no caso em que o ato de nomeação é realizado com a presença do objeto nomeado, ele só cumpre seu objetivo se os falantes envolvidos na cerimônia fizerem certas operações mentais com o conteúdo descritivo do nome introduzido naquela ocasião. Aqui, porém, pode surgir uma dúvida: foi dito acima que o nome que é anexado a um objeto por uma definição ostensiva em geral não chega com um conteúdo descritivo; como então é possível que os falantes descubram algum conteúdo descritivo no nome e operem com ele? Bem, o que acontece é que há uma mudança no nome a partir do

momento em que ele é ligado ao objeto pelo ato de nomeação. Antes daquele momento, o nome, por assim dizer, está solto, por isso ele não tem conteúdo descritivo algum. Todavia, depois que é amarrado ao objeto, ele adquire conteúdo descritivo. Esse conteúdo vai ser composto principalmente das informações sensoriais que os falantes presentes ao ato de nomeação vão extrair do próprio objeto. Logo após a nomeação inicial, os falantes só poderão continuar usando o nome próprio *n* para referir um objeto *b* se o associarem àquele mesmo conteúdo descritivo. Essa é a operação que deve ser feita com o conteúdo descritivo de *n* para que o ato de nomeação cumpra o seu objetivo, ou seja, para que aquele uso de *n* seja propagado. Em outras palavras, uma tradição de uso referencial de um nome *n* só pode ter início se um conteúdo descritivo for associado a *n* logo de início.

Nesse ponto, alguém pode argumentar da seguinte forma: “tudo bem, você mostrou que um ato de nomeação se torna infrutífero se os falantes não associarem um conteúdo descritivo adequado ao nome que ele introduz, mas, de qualquer forma, apesar de infrutífero, se o ato de nomeação for baseado em uma definição ostensiva, ele ocorre, isto é, o ato em si não depende de nenhuma das operações internas dos falantes”. Devo dizer que quem argumenta assim ainda não está percebendo o que acontece quando um nome próprio é introduzido por uma definição ostensiva. O que acontece é que o ato externo se apoia inteiramente em operações internas. Se os falantes não associam um conteúdo descritivo a um nome próprio em um ato de nomeação, mesmo que o ato seja realizado com base numa definição ostensiva, ele não é só infrutífero, o que ocorre é que o ato de nomeação de fato não é concretizado. Um exemplo pode deixar mais claro o que realmente acontece.

Vamos supor que Paul Klee apresentou *Ab Ovo* pela primeira vez em uma exposição e que no começo do evento a pintura estava encoberta por uma pequena cortina. Agora, digamos que um grupo de pessoas que viu o quadro encoberto não aguentou a curiosidade e foi perguntar ao artista que quadro era aquele. Digamos então que Paul Klee tenha respondido sucintamente: “Este é meu quadro *Ab Ovo*”, sem, contudo, remover a cortina. Depois de um tempo, Paul Klee pediu a todos os presentes para se reunirem diante do tal quadro, descerrou a cortina e disse: “Este é meu quadro *Ab Ovo*”. Pergunto: quando se deu o ato público de nomeação? Na primeira ou na segunda vez que Paul Klee disse “Este é

meu quadro *Ab Ovo*”? Parece óbvio que o ato só foi concretizado quando o artista proferiu a frase pela segunda vez. Por quê? O que aconteceu na segunda vez que não aconteceu na primeira? Obviamente, o que aconteceu foi que as pessoas viram a pintura. Com isso, elas puderam associar o nome “*Ab Ovo*” a certas informações visuais. Esse tipo de associação nome-informação é essencial para haver nomeação. Isso garante não só que o nome continuará sendo usado posteriormente de acordo com certa tradição, mas garante também que o próprio ato de nomeação seja concretizado. A verdade é que o ato de nomeação é mais do que um procedimento que liga um nome a um objeto. Ele pode ser visto igualmente como um procedimento que permite aos falantes associarem o nome a um conteúdo descritivo. O que o exemplo nos mostra é que, se essa associação não for feita, o ato de nomeação não aconteceu realmente.

Com esse exemplo, concluo minha exposição sobre o que acontece quando um nome é usado da forma descrita no caso 1. O que acontece é que certas informações são disponibilizadas pelo nomeador e utilizadas pelos aprendizes do nome, e esse trânsito de informações é parte essencial do ato de nomeação. Vejamos agora o que acontece quando um nome é usado da forma descrita no caso 2.

Em 2 é afirmado que um nome próprio *n* é usado referencialmente quando *n* é usado com a intenção de nomear um objeto *b* depois de ter sido dado a *b* em um ato de nomeação inicial, e em razão disso. Aqui, podemos identificar três condições que precisam ser satisfeitas para que *n* seja mesmo usado referencialmente. Em primeiro lugar, é preciso que o uso que é feito de *n* tenha base histórica, ou seja, é preciso que em algum momento do passado *b* tenha recebido o nome *n* em um ato de nomeação inicial. Em segundo lugar, é preciso que o falante que usa *n* tenha a intenção de usar *n* para referir *b* e não outro objeto qualquer. E, em terceiro lugar, é preciso que, de alguma forma, a intenção de uso do falante seja ocasionada pelo fato de *n* ter sido de fato dado a *b* em um ato de nomeação inicial.

Se uma dessas três condições não for satisfeita, haverá problemas com o uso referencial de *n*. Dessa forma, por exemplo, se *n* foi o nome dado a um objeto da realidade em um ato de nomeação no passado, mas um falante *A* não tem intenção de usar *n* para referir nenhum objeto real, o nome não será usado referencialmente por *A*. Pode-se dizer que, em casos como esse, o nome é usado

apenas retoricamente <sup>5</sup>. Se o falante A tem a intenção de usar n para referir um objeto b, mas b nunca foi chamado de n em um ato de nomeação inicial, também aqui há uma falha no uso referencial de n. Essa falha pode levar os ouvintes a não entenderem o uso que A faz de n. Finalmente, se A usa n para referir b, mas seu uso não está conectado ao ato de nomeação que instituiu n como um nome de b, ainda aqui há um problema com o uso que A faz do nome. Para que um falante use um nome n do modo descrito no caso 2, ele precisa se adequar a uma tradição. É essa tradição que vai conectar o uso que A faz de n com o uso inicial que foi feito de n no ato de nomeação inicial. É claro que A ainda poderá usar n referencialmente mesmo se estiver fora de uma tradição, mas, se isso acontecer, A estará usando n do modo descrito em 1 e não do modo descrito em 2.

Se as três condições mencionadas acima são satisfeitas, teremos um legítimo uso referencial do nome próprio n. Ora, minha tese é de que essas condições só podem ser satisfeitas se os usuários de n fizerem certas operações com o conteúdo descritivo do nome. Falando de modo mais específico: um nome próprio n só pode ser instituído como nome de dado objeto, um falante só pode ter uma determinada intenção de uso para n e o uso do falante só pode se conectar a uma dada tradição em razão das operações mentais que são feitas com o conteúdo descritivo de n. Uma vez que já foram identificadas quais dessas operações estão relacionadas ao ato de nomeação inicial, resta apenas identificar quais estão relacionadas às outras condições. Vou mostrar primeiro quais operações internas possibilitam que um falante tenha uma determinada intenção de uso para n e, em seguida, vou mostrar quais operações possibilitam que o uso do falante se conecte a uma dada tradição.

Quando uso um nome próprio n do modo descrito no caso 2, eu estou tentando seguir uma certa tradição de uso, ou seja, eu quero usar n da mesma forma que as outras pessoas que fazem parte daquela tradição o usam. Se as outras pessoas usam n para referir o objeto b, é b que eu quero referir ao usar n. O problema é que pode haver diversos objetos além de b que um dia receberam o nome n em um ato de nomeação inicial. Como posso eu, em meio a todos esses objetos, selecionar b e referi-lo? Ora, só há uma coisa que pode tornar isso possível: minha intenção de uso. É ela que direciona n para b.

---

<sup>5</sup> Esse modo de falar se inspira na terminologia de Nelson Goodman conforme o que é exposto pelo professor Chateaubriand no segundo volume de *Logical Forms*, pp. 26 e 50 (nota 19).

O próprio Kripke observou que a intenção de uso dos falantes é uma das condições necessárias para que um nome próprio seja usado referencialmente. Ao falar da cadeia causal de comunicação, ele afirma o seguinte: “quando o nome é ‘passado de elo a elo’, o recebedor do nome deve, eu penso, quando ele o aprende, pretender [*intend*] usá-lo com a mesma referência do homem de quem ele o ouviu” (KRIPKE, 1972: 96). Em outras palavras, o aprendiz deve ter a intenção de usar o nome da mesma forma que seu instrutor o usou. Se isso não for feito, a ligação entre o nome e sua referência não será estabelecida. É basicamente dessa forma que Kripke utiliza a noção de *intenção de uso* em sua explicação do uso referencial dos nomes próprios. Infelizmente ele não dá maiores esclarecimentos sobre ela, e nem poderia dar, uma vez que seu propósito é apresentar uma explicação estritamente externalista para o funcionamento semântico dos nomes próprios. No meu entender, a noção de *intenção de uso de um nome próprio* é uma noção tipicamente internalista e por isso mesmo só pode ser esclarecida dentro do escopo de uma explicação internalista do uso referencial dos nomes próprios. Aqui, felizmente, dado o aparato conceitual internalista de que já disponho, a noção pode ser esclarecida.

O que exatamente significa dizer que um falante A tem uma intenção de uso para um nome próprio n? Bem, uma coisa que pode nos ajudar a responder essa questão é examinarmos um caso concreto. Digamos que A diga “eu sou um grande fã de Sócrates”. Aqui poderia ser conveniente indagar de A: “Qual a sua intenção de uso para o nome ‘Sócrates’? Você está falando do filósofo ou do jogador de futebol?”. Se ele dissesse: “Do filósofo” ou “Do jogador de futebol”, ele esclareceria sua intenção de uso. Isso mostra que a intenção de uso de A serve como dispositivo de desambiguação. É por meio dela que, dentre várias possíveis referências do nome próprio n, A escolhe uma para ser a referência de n em dada ocasião. Só isso já mostra o quanto a intenção de uso é importante no processo do uso referencial de um nome próprio. É importante observar, no entanto, que os falantes não lançam mão de intenções de uso apenas para resolver problemas de ambiguidade. Sempre que um falante A usa um nome próprio n, há uma intenção de uso envolvida. A intenção de uso é o que direciona um nome próprio para uma referência. De fato, é por isso que ela pode servir como dispositivo de desambiguação; quando a intenção direciona o nome para uma referência, ela

exclui as outras possibilidades de referência. Mas voltemos ao exemplo do proferimento sobre Sócrates.

O interessante sobre o exemplo é que A esclarece sua intenção de uso associando o nome “Sócrates” a certas informações. Se A responde que ele se refere ao filósofo, é porque ele está associando o nome à informação de que *Sócrates era filósofo*. Se, por outro lado, A responde que ele se refere ao jogador de futebol, é porque ele está associando o nome à informação de que *Sócrates era jogador de futebol*. Isso posto, temos já condições de responder a questão sobre o que exatamente significa dizer que um falante A tem uma intenção de uso para um nome próprio n. Significa dizer simplesmente que A associa n a um certo conteúdo descritivo. É em virtude disso que A usa n em certos enunciados e deixa de usá-lo em outros.

Dessa forma, uma vez que pode ser definida com base na noção de *conteúdo descritivo*, a noção de *intenção de uso* fica caracterizada como uma noção tipicamente internalista. Não admira que Kripke fale tão pouco sobre ela. Ela é uma noção totalmente estranha ao seu externalismo. Ainda assim, no pouco que ele fala, podemos identificar elementos internalistas que se insinuam em alguns momentos de aparente descuido. Por exemplo, quando Kripke vai explicar por que o uso atual do nome “Madagascar” deve se sobrepor ao uso inicial, ele diz o seguinte: “...mas no caso de ‘Madagascar’ esse caráter social dita que a presente intenção de referir uma ilha cancela a distante ligação ao uso nativo” (KRIPKE, 1972: 163). Essa é uma afirmação que geralmente passa despercebida, mas o que ela evidencia é que a intenção de uso do nome “Madagascar” recorre a uma característica de Madagascar, a saber, à característica de ser uma ilha. Isso, inegavelmente, equivale a dizer que a intenção de uso atual de “Madagascar” depende de um certo conteúdo descritivo que é associado ao nome. Especificamente, ela depende da informação de que *Madagascar é uma ilha*. Só quem associa o nome “Madagascar” a essa informação pode ter a intenção de referir uma ilha ao usar o nome.

Ora, como vimos anteriormente, a segunda condição para que um falante A use um nome n do modo descrito no caso 2 é que A use n com a intenção de se referir a um certo objeto. Em vista dos esclarecimentos dados acima, já podemos concluir que essa condição só é satisfeita se A realizar certas

operações mentais. Especificamente, o falante A precisa associar um conteúdo descritivo ao nome n.

A terceira condição para que um falante A use um nome n do modo descrito no caso 2 é a de que seu uso se conecte com uma certa tradição de uso. A questão é que essa conexão só ocorre quando a intenção de uso do falante coincide com a intenção dos outros falantes que fazem parte daquela tradição. Destarte, saberemos em que circunstâncias essa terceira condição é satisfeita se pudermos determinar em quais circunstâncias ocorre essa coincidência.

Isso não parece ser algo tão difícil de determinar uma vez que já esclarecemos a noção de *intenção de uso*. O raciocínio que tendemos a fazer é mais ou menos o seguinte: se ter uma intenção de uso para um nome próprio n é o mesmo que associar n a um conteúdo descritivo, então podemos concluir que dois falantes terão a mesma intenção de uso para n se e somente se eles associarem o mesmo conteúdo descritivo a n. Mas esse raciocínio é precipitado. Os conteúdos descritivos que os falantes associam a n não precisam ser idênticos. Basta que eles estejam suficientemente entrelaçados. Por exemplo, um falante A pode associar o nome “Sócrates” à informação de que *Sócrates foi o maior filósofo de todos os tempos* e o falante B pode associar o mesmo nome à informação de que *Sócrates foi um filósofo medíocre*, e, mesmo assim, normalmente vai acontecer deles terem a mesma intenção de uso para o nome “Sócrates”. O que garante que eles tenham essa mesma intenção é o fato de haver várias informações importantes que são compartilhadas pelos conteúdos descritivos que eles associam ao nome. O fato dos conteúdos descritivos associados não serem idênticos não causa nenhum problema para a comunicação entre A e B. Pelo contrário, permite que eles discordem, que corrijam suas crenças, que aprendam coisas novas um com o outro etc.

Temos, assim, uma elucidação do que significa ter a mesma intenção de uso. Mas isso não é tudo que precisamos elucidar. É preciso explicitar o que deve acontecer para que dois falantes venham a ter uma mesma intenção de uso para um nome próprio n. Ao que parece, tudo depende do processo de ensino e aprendizagem do uso do nome. Quando um falante B ensina o falante A a usar n, o conteúdo descritivo que A vai associar a n em um primeiro instante será constituído pelas informações que A extrai dos proferimentos e de todos os outros códigos (gestos, desenhos, entonação, expressão facial etc) que B lhe fornece. Se

A decodificar corretamente os códigos que B lhe oferece, o conteúdo descritivo que ele vai associar a n estará profundamente entrelaçado com o conteúdo que B associa a n e, por conseguinte, os dois falantes terão a mesma intenção de uso para o nome. Em contrapartida, se a decodificação que A faz dos códigos fornecidos por B não é bem sucedida, cria-se um desvio na cadeia causal de comunicação. Temos então casos como o de Madagascar.

Nesses casos, n não será usado do modo descrito no caso 2, pois, embora A tenha uma intenção de uso para n e n tenha sido instituído como nome de um objeto em um ato de nomeação inicial, o uso atual que A faz de n não está mais conectado ao uso feito pelos falantes que fixaram a referência de n. De qualquer forma, deve-se notar que o uso que A faz de n nesses casos ainda pode ser visto como um uso referencial. Pode-se considerar que A realiza um novo ato de nomeação. Certamente, ele não está seguindo uma tradição antiga, mas pode estar criando uma nova. De fato, foi isso que Marco Pólo fez. Involuntariamente, ele empreendeu um novo ato de nomeação. E isso pode acontecer com qualquer falante, esses atos de nomeação secundários são mais comuns do que geralmente se imagina. O que acontece é que a maioria deles não tem influência sobre o modo como as outras pessoas usam um determinado nome. A maioria são atos que não originam uma nova tradição de uso do nome.

De qualquer forma, o que se deve salientar aqui é que a conexão entre o uso que um falante A faz do nome n e o uso que se faz de n em uma certa tradição depende do processo de aprendizagem do nome. Esse, por sua vez, depende dos processos de decodificação que A implementa no momento em que recebe o nome. Dessa forma, podemos concluir que a terceira condição para que um falante A use um nome n do modo descrito no caso 2 só é satisfeita se A realiza certas operações mentais com o conteúdo descritivo de n.

Isso posto, fica concluída a minha exposição a respeito do que acontece quando um nome próprio é usado referencialmente. Como vimos, sempre que um nome próprio é usado assim, ocorrem certas operações computacionais na mente dos falantes. E essas operações não acompanham o uso referencial do nome inutilmente. Na verdade, o que os argumentos apresentados nos parágrafos anteriores mostraram foi que elas são necessárias para que o nome seja usado referencialmente, seja qual for o tipo de uso referencial que é feito do nome. Elas são necessárias: 1. para que o ato de nomeação se concretize, 2. para

que os falantes possam manifestar uma intenção de uso para o nome e 3. para que o uso que o falante faz do nome se alinhe com uma determinada tradição de uso. Para todos esses propósitos, operações internas são requeridas.

Isso demonstra de forma completa a precedência da função operacional sobre a função referencial dos nomes próprios. Com efeito, é devido a sua função operacional que um nome próprio pode ser associado a um conteúdo descritivo e, como vimos, é esse tipo de associação que possibilita que o nome seja usado referencialmente.